

**CONGRESSO /** Desde 2020, a bancada no PT tem votado em peso a favor da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia e terá dificuldades em defender o veto do presidente Lula à medida

# Petistas estão em saia-justa

» EVANDRO ÉBOLI

A bancada do PT no Congresso Nacional já deu demonstrações, ao menos em duas votações, de ser a favor a manutenção da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, projeto que foi vetado integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada.

Há três meses, nada menos que 54 deputados, dos 57 que votaram, se posicionaram pela continuidade desses benefícios fiscais para esses segmentos da economia. No governo de Jair Bolsonaro, em novembro de 2020, 50 parlamentares petistas ajudaram a derrubar um veto semelhante do então presidente. Nas duas sessões na Câmara, separadas por quase três anos e em legislaturas distintas, os placares pró-desoneração foram curiosamente iguais: 430 favoráveis.

Levantamento do **Correio** revela que 29 deputados federais do PT votaram nessas duas sessões. São parlamentares que se reelegeram e estavam no mandato naquele período e seguem com mandato na Câmara. Entre esses estão a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann, e o atual líder do PT, Zeca Dirceu, ambos do Paraná.

O partido, agora, está numa encruzilhada e os que defenderam a desoneração até agora ensaiam discursos para justificar a mudança de posição. Difícil que a bancada do PT, que ainda não discutiu o assunto, se posicione diferente do veto de Lula. Não vão contrariar o presidente, que tem amplo controle sobre os petistas.

O deputado Alencar Santana (PT-SP), líder do governo em exercício na Câmara, e que votou nas duas oportunidades a favor da desoneração, afirmou ao **Correio** que agora é hora de rever esses benefícios, concordando com Lula. Ele vai defender na reunião da bancada que a decisão do presidente seja mantida e assim o PT oriente seus deputados.

“O veto do presidente Lula provocou um importante debate, se de fato essas desonerações geram efeito concreto na economia, com geração de emprego, com crescimento econômico. Ou se só beneficia alguns setores em detrimento a outros, gerando uma conta para a sociedade. Precisamos fazer essa análise”, disse Santana.

O veto do presidente foi uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que anunciou que vai conversar com os empresários dos setores atingidos e buscar uma solução que supra o vácuo deixado pela falta dos incentivos, caso o veto seja mantido no Congresso. O Ministério do

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Na sessão de 30 de agosto, 54 deputados, dos 57 petistas que votaram, defenderam a desoneração da folha de pagamentos

## Análise da notícia

### Um bode na sala do rombo fiscal

» LUIZ CARLOS AZEDO

Antes mesmo de ser assinado, estava escrito nas estrelas que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva às desonerações fiscais será derrubado pelo Congresso. A matéria foi aprovada por ampla maioria, beneficia 17 setores da economia, tanto empresas quanto trabalhadores. Até comporta uma discussão de mérito sobre a eficácia de longo prazo dos subsídios fiscais, porém, ao ser prorrogada, teve amplo apoio de governistas e oposição no Congresso.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que negocia os projetos do governo para aumentar a arrecadação com o Congresso, não é ingênuo, nem o presidente Lula um neófito nas

negociações com deputados e senadores. O veto integral às desonerações não pode ser apenas um tiro no próprio pé, como parece. Ou a equipe econômica tem realmente uma carta na manga para resolver o problema no texto da reforma tributária, o que é improvável, ou trata-se de um expediente para transferir a responsabilidade do rombo fiscal para o Congresso.

Havia certa expectativa de que Lula vetasse o dispositivo que reduz a alíquota da contribuição previdenciária de 20% para 8% sobre a folha dos municípios de até 142 mil habitantes, um jabuti gigante. Os maiores municípios já tem um incremento do Fundo de Participação. Mesmo assim, haveria grande reação no Congresso, porque o dispositivo

beneficia 3 mil prefeituras, que cuidam de 40% da população, em ano de eleições municipais. No mérito, a inclusão dos municípios é um estímulo à má qualidade do gasto público.

Acontece que os ministérios do Fazenda e do Planejamento e Orçamento anunciaram uma revisão das projeções para o déficit primário do governo central em 2023, de R\$ 141,4 bilhões (em setembro) para R\$ 177,4 bilhões, o equivalente a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Na metodologia do Banco Central, deve chegar a R\$ 203,4%.

Para este ano, estima-se um déficit fiscal de R\$ 228,1 bilhões, rombo que Haddad havia prometido diminuir para patamar próximo a R\$ 100 bilhões. O déficit foi impulsionado por uma queda de R\$ 14 bilhões na previsão de receita líquida. Por isso, o governo Lula

precisará ampliar em cerca de R\$ 1,1 bilhão o bloqueio de verbas de ministérios neste ano. Com isso, o total contingenciado no período deve subir de R\$ 3,8 bilhões para R\$ 5 bilhões, para cumprir as metas fiscais.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) autoriza o governo a cumprir um déficit de até R\$ 213,6 bilhões — o equivalente a 2% do PIB —, considerando Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central. A derrubada do veto legitimará o bloqueio de verbas dos ministérios e de emendas parlamentares e, principalmente, a eventual alteração na meta do déficit zero de 2024, em março do próximo ano, caso a Fazenda chegue à conclusão de que a arrecadação, por causa das desonerações, não chegue aos patamares esperados nas metas da lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024.

## Homenagem ao IAB

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) completou 180 anos e recebeu homenagem do Senado na sexta-feira. A instituição jurídica mais antiga das Américas teve seu papel histórico e os desafios da categoria na preservação e no aperfeiçoamento do regime democrático destacados pelos participantes da sessão. A homenagem do IAB foi pedida pela senadora Elíziane Gama (PSD-MA), em requerimento também assinado também pelos senadores Confúcio Moura (MDB-RO), Margaret Buzetti (PSD-MT), Jorge Kajuru (PSB-GO), Alan Rick (União-AC) e Paulo Paim

(PT-RS). Durante a sessão especial, presidida pela senadora Leila Barros (PDT-DF), o presidente do IAB, Sydney Sanches, afirmou que a homenagem pelo Senado simboliza o compromisso das duas entidades com a construção do país. “Não tenho nenhum problema em afirmar que [o IAB] foi a instituição jurídica que mais vocalizou em defesa da democracia ao longo dos últimos anos”, disse. Sanches, ao destacar a postura progressista do IAB em questões jurídicas, expressou o apoio a propostas legislativas que visam garantir que as redes sociais cumpram os



Roque de Sá/Agência Senado

princípios e limites estabelecidos pela Constituição. Ele ressaltou a importância de fornecer informações de qualidade, essenciais para

a democracia, sem fomentar o ódio ou a discórdia.

(Fernanda Strickland)

## PROTESTO

### Sem Bolsonaro, ato na Paulista tem gritos contra Lula e STF

» RENATO SOUZA

Um ato contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e em protesto pela morte de um detento que estava preso no Complexo Penitenciário da Papuda ocorreu na Avenida Paulista, em São Paulo, na tarde de ontem. A manifestação foi convocada por políticos e entidades ligados à extrema direita. O protesto teve gritos de “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão” e “Alexandre de Moraes, o Brasil não tem medo de você”, entoado pelos manifestantes presentes.

Os deputados Nikolas Ferreira (PL-MG) e Carla Zambelli (PL-SP) compareceram e discursaram no evento. Além deles, religiosos,

como o pastor Silas Malafaia, também falaram ao público. O principal objetivo do evento era protestar em razão da morte de Clériston Pereira da Cunha, um dos presos acusados de atos extremistas de 8 de janeiro, em Brasília. Ele teve um mal súbito na Papuda, no dia 20 deste mês, e não teria tido acesso com tempo hábil a equipamentos de ressuscitação.

A manifestação ocupou cerca de dois quarteirões da Avenida Paulista e os organizadores não divulgaram estimativa de público. No entanto, nas redes sociais, críticos afirmaram que o evento “flopou”, ou seja, reuniu uma quantidade de pessoas bem menor que o esperado. Um levantamento do “Monitor

do debate político”, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP, coordenado por Pablo Ortellado e Márcio Moretto, apontou que 13 mil pessoas estiveram presentes. O levantamento é feito a partir de imagens aéreas tiradas por drones ao longo do dia e tem margem de erro de 12%.

O ex-presidente Jair Bolsonaro chegou a convocar pessoas para o ato e indicou que iria comparecer. No entanto, ele desistiu no sábado, apesar de ter feito, sem citar nomes, acusações contra o sistema eletrônico de votação e ao Supremo. O protesto contou com trio elétrico, faixas e placas e reuniu pessoas vestidas com roupas verde e amarela.

Nelson Almeida/AFP



Segundo o “Monitor do debate político”, da USP, 13 mil pessoas estiveram na Avenida Paulista

Planejamento, comandado por Simone Tebet, também defendeu o veto ao projeto.

## Plano Plurianual

Relator do PPA (Plano Plurianual 2024-2027), o deputado Bohn Gass (PT-RS) está entre os 28 deputados petistas que nas duas votações da Câmara em três anos votou pela manutenção da desoneração da folha para empresas. Há duas semanas, ele protocolou seu relatório, que prevê investimentos que chegam a R\$ 13,3 trilhões para os próximos quatro anos.

Gass afirmou que agora defende o veto de Lula e listou suas razões. Para ele, o avanço da reforma tributária, aprovada recentemente em dois turnos no Senado e voltou para a Câmara, e que pode ser promulgada ainda esse ano, mudou o cenário.

“Na reforma tributária tem simplificação, sem necessidade de desoneração. A reforma vai acabar com as guerras fiscais e o balanço de que essa política não resultou em geração de empregos. A economia, agora crescendo, vai criar outro ambiente, com o Estado voltando a investir e induzindo o investimento”, disse Bohn Gass. “Desse maneira, será melhor para o país, que terá recursos para poder fazer o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e outras políticas sociais”, completou o petista.

Outro deputado petista que se manifestou a favor da desoneração nas duas votações, Nilto Tatto (PT-SP) afirmou que o momento agora é outro e que defende manutenção do veto de Lula. Tatto disse que a “conjuntura atual é diferente da passada” e que há a novidade do avanço da reforma tributária, aprovada em dois turnos no Senado há pouco mais de duas semanas. Como Alencar, ele avalia que a tendência é a bancada se posicionar acompanhando o veto presidencial.

“Estamos numa conjuntura do passado. Sou a favor de manter o veto por duas razões, uma delas é a reforma tributária. Como manter determinados subsídios para determinadas cadeias sem inserir nessa conversa uma análise maior da reforma? Seria um erro estratégico. Está se discutindo algo para os próximos 40 e 50 anos”, disse Tatto, que apresentou sua segunda razão:

“A outra envolve o enfrentamento da crise climática, que para o Brasil pode ser uma oportunidade. O mundo todo procura uma nova indústria e o Brasil lidera essa produção de energia renovável e isso precisa estar no debate do tipo de industrialização e cadeia de serviços e produtos o Brasil vai incentivar, que deve ser a de baixa emissão de gás de efeito estufa”, disse Tatto.